

PETRÓLEO E GÁS:

RESULTADOS E AMBIGUIDADES

□ **Leonardo Cezar Rocha Neves**

□ Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Economista pela UCAM e professor-titular da Universidade Candido Mendes, Ex- economista Petrobrás

1 – INTRODUÇÃO

No momento em que forte ameaça repousa sobre as reservas de petróleo e gás do Estado iraquiano e páira sobre a Venezuela, em menor escala, um processo de estilo semelhante, julgamos oportuno considerar alguns resultados e ambiguidades instaladas no plano doméstico.

A mudança institucional da Lei do Petróleo, que quebra o monopólio da Petrobrás, trouxe importantes implicações para a dinâmica do sistema setorial brasileiro da indústria do petróleo. Óbviamente, são inegáveis as implicações positivas dos resultados na exploração e produção de óleo e gás e seus reflexos no crescimento do PIB e do emprego. O capítulo segundo analisa o caráter ambíguo da imprensa ao veicular enfaticamente os resultados positivos da indústria do petróleo. Se por um lado, estas notícias servem para informar aos leitores sobre os avanços e conquistas do setor. Por outro, atendem subrepticamente aos propósitos dos que advogam a desregulamentação e o controle total do setor pelo mercado.

Relativamente ao capítulo terceiro são apresentados os aspectos decorrentes da ação continuada da Lei 9.478/97 que trata da quebra do monopólio do petróleo (FURTADO.A T. 2002.) Curiosamente, um desses aspectos merece destaque por se tratar do grande contingente de técnicos de nível médio e superior que entrou no país, bloqueando o trabalho dos nacionais. O capítulo ressalta ainda, em estilo de denúncia a necessidade de reformulação do artigo 26 da citada lei que dá aos

concessionários a propriedade do petróleo e gás descobertos no país, contrariando o preceito constitucional

2 – ALGO MAIS QUE RESULTADOS EXITOSOS

Os expressivos resultados apresentados pelo setor petróleo e gás, no período pós monopólio, são inegáveis e consequentemente tem merecido grande destaque da imprensa.

Há pelo menos, dois lados da natureza dos resultados, um lado, diretamente relacionado a pesquisa exploratória com a descoberta de novos campos e crescente produção de petróleo e gás. Um outro lado igualmente importante está relacionado aos reflexos no crescimento do PIB nacional e geração de empregos. Conquanto seja espetacular crescimento do setor, motivo de esperança e prosperidade econômica para o país, seus exitosos números tem servido a algo mais. Isto é, a múltiplos propósitos que transcendem a esfera doméstica e ao senso comum.

2.1 – PETRÓLEO, PIB E EMPREGO

De fato, o segmento que mais cresceu foi o de exploração e produção de petróleo e gás. Em 1997 a atividade respondia por 18,3% do PIB do petróleo que era de R\$ 20,0 bilhões. Já em 2000 este percentual subiu para 38,4 % de um total de R\$ 52,6 bilhões, este crescimento segundo

Giovani Machado está relacionado a nova regulamentação do setor.

Nesse período a Petrobrás incrementou seus investimentos em exploração de R\$ 3,4 bilhões (1997) para R\$ 5,3 bilhões (2000). A produção nacional de petróleo da Estatal passou de 669 mil bpd (1997) para 1,3 milhão(2000).

De 1999 até o ano passado a Agência Nacional do Petróleo, ANP, realizou três leilões públicos ou seja, rodadas de licitações para a exploração de petróleo em diversos blocos do país., quando foram assinados 67 contratos de concessão. Em junho próximo a Agência realizará a quarta rodada, concedendo 54 novas áreas ainda não pesquisadas.

Nos quatro primeiros anos depois do fim do monopólio (1997 e 2000) a indústria do petróleo dobrou a sua participação no PIB nacional. Um estudo elaborado pela ANP, constatou que a contribuição do setor petróleo para o PIB, sem contar a participação dos impostos, passou de 2,7% em 1997 para 5,4% em 2000. Ele destaca que o petróleo já é hoje um dos mais importantes para a formação do PIB. Para efeito de comparação a agropecuária pesa 7,7%, a construção civil pesa 9,1%, o setor automobilístico 4,1% e o siderurgico 2,5%. (Ordoñez R. e França, M. 2002)

Relativamente ao mercado de trabalho segundo as estimativas da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), para cada US\$1 bilhão investido no setor de petróleo e gás, serão gerados outro US\$ 1,180 bilhões na economia e 37 mil empregos. Hoje o

número de empregados no setor é de 500 mil e o volume de investimento previsto para o setor nos próximos quatro anos é de US \$ 35 bilhões e absorverá 100% do pessoal em diferentes funções, principalmente nas especialidades de engenharia naval, química, mecânica, metalúrgica e de minas. (Fernandes, E., 2003)

Por outro lado o fundo de pensão Petros, instituição de previdência privada dos empregados da Petrobrás investe em projetos de diversos setores de infra-estrutura, e no setor de petróleo aplicou seus recursos em infra-estrutura (mais de R\$ 1 bilhão) nos últimos três anos criaram mais de 100 mil empregos - 11.715 empregos diretos e 90.356 empregos indiretos respectivamente nos campos de Marlim, Albacora e Nova Marlim (Jornal da Petros, 2002)

3 – FALÁCIAS E AMBIGUIDADES

A Lei 9478/97 estabeleceu novas diretrizes políticas e regulatórias para todos os operadores, inclusive a estatal Petrobras, no mercado brasileiro de petróleo e gás. Em decorrência as grandes companhias internacionais e algumas nacionais passaram a operar, explorar o subsolo brasileiro, notadamente nas áreas "offshore". Nessa fase pós monopólio em que inúmeras empresas alocaram recursos, investindo na pesquisa exploratória, perfuração de poços e produção de óleo e gás, um certo contingente de mão-de-obra foi incorporado ao mercado de trabalho, tal contingente, tem sido destacado, em termos numérico, de modo espetacular na imprensa. Neste sentido, admite-se que veiculação desse fato pela imprensa tenha com objetivo fortalecer a lógica de validação do sistema pós monopólio: se o país convive com uma taxa de desemprego em torno de 20% e se o sistema pós monopólio está empregando um grande número de pessoas, então, a sociedade poderá fazer opção pelo sistema que contribui para aliviar o desemprego e tal opção "logicamente" deve ser preservada e acolhida. Está implícito a percepção de que a lógica da imprensa é de induzir a sociedade a dar anuência e creditar como verdadeira a única opção, a do sistema pós monopólio do petróleo.

4.1 – A VULNERABILIDADE EM NÚMEROS

No período pós monopólio, inúmeros atores de diferentes procedências e inconfessáveis propósitos passaram a agir e desempenhar papéis considerados estratégicos para o fortalecimento e consolidação de suas posições no setor petrolífero nacional com vínculos no mercado internacional.

Em consequência foram sendo incorporados diferentes fatores que contribuíram para aumentar significativamente a vulnerabilidade do Estado. Neste sentido é essencial observar algumas decisões do poder executivo:

o Ministério do Trabalho autorizou, em 2001, o ingresso de 7.838 profissionais estrangeiros no país. O Número é quase quatro vezes maior do que o registrado em 1998, quando o mercado de petróleo foi aberto e as empresas "importaram" 2.079 trabalhadores. O mais constante é o fluxo de entrada de dirigentes de empresas petrolíferas: de 1997 até 2001, foram 5.122. (SIQUEIRA, F., 2002). Por outro lado é também didático, observar-se a atuação dos atores internacionais.

Os Estados Unidos, Japão e União Européia estão pressionando o Brasil para que haja abertura de mercado de trabalho para seus executivos e técnicos atuarem no Brasil nos setores de telecomunicações, energia e bancos. Dados do Partido dos trabalhadores apontam que 7 mil estrangeiros foram contratados por empresas apenas entre os anos de 1998 e 1999. (AEPET, 2002).

Ainda que um quadro carregado de incertezas se faça notar, é oportuno mencionar a iniciativa de mobilização de um grupo de especialistas para discutir num fórum específico questões dos destinos das reservas e da propriedade do óleo e gás natural do país. Os pontos apresentados foram os seguintes:

- "Reorientar a ANP, de acordo com a nova política do governo para o segmento petróleo, para eliminar o tratamento diferenciado e negativo, até aqui recebido pela Petrobras".

- "Paralisar os processos de licitação de novas áreas de concessão exploratórias, para rever e adequar às novas políticas do setor a serem definidas no novo

governo pelo Conselho Nacional de Política Energética -CNPE".

- Uniformizar os prazos dados a Petrobrás para os programas exploratórios e início de produção das concessões". (Forum Pensar a Nova Petrobras, 2002)

- "Criar grupos de trabalho para rever a lei 9.478/97 para adequá-la aos interesses nacionais, principalmente no artigo 26 que dá ao concessionário a propriedade do petróleo e gás descobertos, o que contraria o monopólio constitucional". (Forum Pensar a Nova Petrobras, 2002)

Relativamente ao artigo 60 da citada lei, também deve ser suprimido, pois a sua permanência neste diploma legal coloca em risco o abastecimento e a segurança nacional. O citado artigo permite a exportação do petróleo pela empresa produtora, inclusive as multinacionais. Assim sendo, numa situação de emergência de abastecimento, o governo de seu país de origem certamente vai pressioná-la para que o petróleo prospectado seja enviado a sua matriz. E se o governo se dispuser a pagar o preço do mercado internacional dificilmente teria argumentos para forçar a empresa que detém o óleo a vendê-lo no Brasil.

5 - CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelo setor petróleo na atual fase, possivelmente tem sido usado pelos meios de comunicação para fortalecer a consciência de livre mercado.

De igual modo, admite-se que os reflexos positivos do petróleo e gás no PIB e na geração do emprego têm sido acolhidos acriticamente por expressivos segmentos da sociedade.

É evidente a mobilização de alguns atores institucionais para evitar a transferência de propriedade do petróleo nacional para grupos fora do país.

Possivelmente o perigo de esgotamento das reservas provadas de petróleo e gás natural em menor prazo esteja associado ao processo de financeirização da economia mundial.

Percebe-se com clareza a pressa com que as licitações de novos blocos geológicos tem sido realizados.

Há evidências da exclusão da mão-de-obra nacional e inclusão de grande contingente de trabalhadores estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ASSAYAG, M. "Desafios de Águas Profundas" Rio de Janeiro: Revista petrobrás , ano 8, nº 80, jul / 2002, p. 17
- (2) Associação dos Engenheiros da Petrobras, AEPET, "Pressão por Trabalho ", Rio de Janeiro: Nº254, p.4 , nov./02.
- (3) Forum Pensar a Nova Petrobrás, 11.12, e21/11/2002 , Salvador, Ba., p.7
- (4) FURTADO, A. T. "Mudança Institucional e Inovação na Indústria Brasileira de Petróleo". Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Energia, Vol. 9, nº1, p.9, SBPE, 2002.
- (5) Jornal da Petros, " 100 mil Empregos", Rio de Janeiro: Informativo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, Ano XII, Nº 11 , nov./2002 , p.5 .
- (6) METRI , P. "Guerras pelo Petróleo Marcam a História Recente" Porto Alegre: Forum Social Mundial , jan./ 2001 , p.11
- (7) ORDOÑEZ, R. , FRANÇA, M., " O Petróleo o Combustível do PIB" , Rio de Janeiro: O Globo, 24/03/2002, p.37.
- (8) SIQUEIRA, F. "Invasão Estrangeira" , Rio de Janeiro : Associação dos Engenheiros da Petrobrás, AEPET, nº246, 10/07/2002, p.4.
- * Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Economista pela UCAM e professor-titular da Universidade Candido Mendes , Ex- economista Petrobrás

Anuncie aqui!

**Pensar
Contábil**

Verifique os valores
dos nossos anúncios.
Divulgue seus serviços,
produtos ou empresa.

Ligue: (21) 2216-9504